

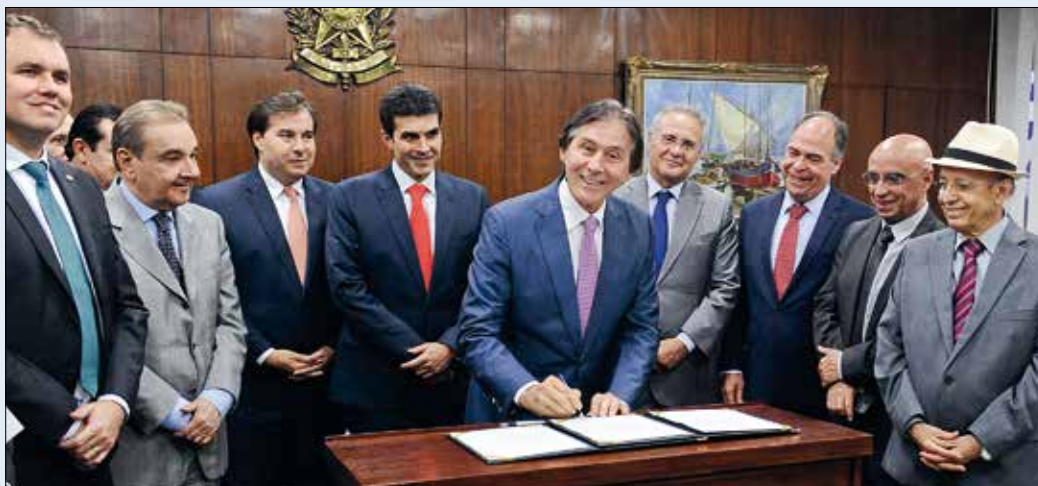


Reforma trabalhista é rejeitada em comissão

Relatório de Ricardo Ferraço foi reprovado na Comissão de Assuntos Sociais, que aprovou voto em separado de Paulo Paim. Hoje Jucá apresenta seu parecer na CCJ

A Comissão de Assuntos Sociais rejeitou ontem, por 10 votos contra e 9 a favor, o relatório da reforma trabalhista apresentado por Ricardo Ferraço. No lugar, foi aprovado relatório alternativo de Paulo Paim, que pede a rejeição integral da proposta do governo. Hoje Rome-

ro Jucá deve apresentar na Comissão de Constituição e Justiça seu relatório, que mantém a versão do texto como aprovada na Câmara. A CCJ votará o texto na quarta-feira que vem, mesmo dia em que, segundo Eunício Oliveira, a proposta deve chegar ao Plenário para a análise final. **4 e 5**



Eunício Oliveira participa de assinatura da ordem de serviço para retomada das obras no Rio São Francisco

Transposição do São Francisco será retomada

As obras do Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco já podem ser retomadas, de modo a permitir que as águas cheguem ao Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. A ordem de serviço foi assinada ontem pelo presidente da República em exercício,

deputado Rodrigo Maia, pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, e pelo ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho. A presidente do STF, Cármen Lúcia, cassou ontem a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, em abril, paralisou a licitação. **8**

Eunício quer reforma política aprovada até setembro 3

Cronograma do relator da LDO impede recesso 6

Representação no Parlasul acata código de aduana 2

Garantia federal a empréstimo vai à promulgação

O Plenário do Senado aprovou ontem um projeto de resolução, de Romero Jucá, que regulamenta novo limite para a concessão de garantias da União a operações de crédito contratadas por estados, Distrito Federal e municípios. O texto vai à promulgação. **3**



Romero Jucá é o autor do projeto que flexibiliza exigências para tomar crédito

Senado ajuda estados em crise a renegociar dívidas com a União

Projeto aprovado ontem e que segue para promulgação reduz as exigências para que estados e municípios renegociem dívidas ou con-

tratem empréstimos com garantias da União. O texto dispensa os entes de cumprir critérios contidos em três resoluções do Senado. **3**

Aprovados nomes para Cade, Unesco e Instituição Fiscal 3

Plenário vai avaliar crédito externo para energias limpas 7

Proposta institui fundo para financiar combate à corrupção

Projeto que cria fundo federal para financiar ações de combate à corrupção foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômi-

cos. Pelo texto, de Antonio Anastasia, o fundo será destinado a ações como a apuração de desvios contra a administração pública. **7**



Otto Alencar elaborou relatório favorável ao projeto, que segue para a CCJ

Colegiado decide acompanhar o Pronatec em 2017

A Comissão de Educação escolheu o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) como a política pública federal para ser avaliada em 2017. A indicação do programa foi feita por Cristovam Buarque. **6**

Interrupção de obra na BR-319 é alvo de críticas em debate 8

Caatinga pode ganhar política de sustentabilidade 7

JOVEM SENADOR 2017

BRASIL PLURAL: PARA FALAR DE INTOLERÂNCIA

Todos os anos, estudantes de ensino médio das escolas públicas dos estados e do DF têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador.

Conheça o projeto em www.senado.leg.br/jovemsenador

Parceria:

Realização:

Representação no Parlasul aprova código aduaneiro

Parlamentares brasileiros acataram ontem três mensagens presidenciais, entre elas o texto que busca ampliar os acordos alfandegários na região e promover a circulação de bens entre países do Mercosul

A REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA no Parlamento do Mercosul (Parlasul) aprovou ontem o texto do Código Aduaneiro do Mercosul, assinado em San Juan, na Argentina, em 2 de agosto de 2010.

De acordo com a Mensagem Presidencial 199/2016, que encaminhou o texto ao Congresso, o novo código ampliará os acordos em matéria aduaneira na região e terá “consequências positivas” para a circulação de bens entre os Estados-partes do Mercosul.

Na leitura de seu relatório favorável à matéria, o senador Humberto Costa (PT-PE), disse que o texto constitui a “imprescindível base jurídica para que se possa avançar e consolidar a integração do Mercosul.”

A Representação Brasileira também aprovou a Mensagem 455/2016, que diz respeito a alterações do acordo para



Deputado Celso Russomanno conduz reunião da Representação Brasileira

concessão de 90 dias aos turistas nacionais dos Estados-partes do Mercosul.

Ponte para a Bolívia

Foi aprovada também a Mensagem 77/2017, referente ao acordo entre Brasil e Bolívia para a construção de uma ponte sobre o Rio Paraguai, entre as cidades de Porto Murtinho

(MS) e o distrito de Carmelo Peralta, no país vizinho.

Durante a reunião, foi concedido pedido de vista ao deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) ao Projeto de Decreto Legislativo 1/2016, que dispõe sobre requisitos para a apreciação pelo Congresso Nacional de protocolos de adesão ao Mercosul.

Cassol acusa opositores por paralisação de obras de saneamento

Ivo Cassol (PP-RO) culpou seus opositores, quando era governador de Rondônia, pela interrupção das obras de saneamento básico em Porto Velho, em 2010. O senador disse que em 2011 o Tribunal de Contas da União julgou ser infundada a denúncia de irregularidade nas obras e autorizou a retomada. Mas isso até hoje não aconteceu, lamentou Cassol:

— Paralisou-se a água tratada, paralisaram-se as obras, dando prejuízo para a sociedade e para os cofres públicos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Lopes elogia agência de desenvolvimento da indústria nacional

Eduardo Lopes (PRB-RJ) destacou o trabalho da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ligada ao Ministério do Desenvolvimento. Ele observou que o órgão faz uma ponte entre os setores público e privado, contribuindo para o aumento da competitividade industrial.

Lopes elogiou as estratégias da ABDI para fortalecer cadeias produtivas e atrair investimentos. A agência, disse, pode ajudar a desenvolver a indústria nacional.



Roque de Sá/Agência Senado

Flexa Ribeiro celebra concessão de trecho da Ferrovia Norte-Sul

O anúncio de concessão de mais de 1,5 mil quilômetros da Ferrovia Norte-Sul, entre Tocantins e São Paulo, foi comemorado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O senador disse esperar que, sob administração privada, a ferrovia aumente substancialmente sua capacidade de carga.

Flexa destacou a importância da companhia ferroviária do Pará, a Fepasa, e chamou a atenção para a posição estratégica dos portos paraenses para a exportação.



Roque de Sá/Agência Senado

Lasier Martins comemora aniversário de Caxias do Sul

Lasier Martins (PSD-RS) registrou o aniversário de Caxias do Sul (RS), que completou ontem 127 anos.

Ele lembrou que o município é o mais importante do interior gaúcho, destacando-se na indústria metalomecânica e no cultivo da uva, que fazem Caxias do Sul se destacar em produção e arrecadação.

O senador ainda lamentou a morte de Paulo Bellini. O empresário fundou a Marcopolo S.A., uma das maiores fábricas de ônibus do país.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wellington Fagundes lamenta morte de ex-prefeito de Cuiabá

Wellington Fagundes (PR-MT) lamentou a morte de Aecim Tocantins, em Cuiabá. O senador registrou que ele passou pelos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador da capital mato-grossense.

— Assim ele se resumiu: “Eu participei da história e sou muito grato a Deus. Vivi o passado e agora estou vivo para acompanhar o progresso e por isso é de lembranças que vivemos o presente.” Esse homem deixa mais do que saúde.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Muniz critica redução de investimentos em eventos culturais

A situação das festas juninas no Nordeste, do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro e de outras festas populares prejudicadas por falta de verbas representam uma perda para a cultura do Brasil, disse Roberto Muniz (PP-BA).

— O investimento na atividade cultural não deve perder a visão econômica, mas também não pode ficar restrito a ela.

No entendimento do senador, os estados em crise devem atuar no estímulo à economia criativa.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Maranhão presidirá comissão de MP sobre outorga de aeroportos

O senador José Maranhão (PMDB-PB) presidirá a comissão mista responsável pela MP 779/2017, que abre prazo de um ano para que operadoras de aeroportos privatizados, com contratos assinados até 2016, peçam reprogramação do cronograma de pagamento

das outorgas previstas no contrato de concessão. O vice-presidente será o deputado Pedro Fernandes (PTB-MA) e o relator, o deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA).

Algumas concessionárias alegam dificuldades financeiras para pagar as outorgas.

Medida sobre débito não tributário será votada em 15 de agosto

A medida provisória que institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários com as autarquias e fundações públicas deve ser votada em 15 de agosto na comissão mista da MP 780/2017.

O plano de trabalho da

comissão foi apresentado ontem pelo relator, o senador Wilder Moraes (PP-GO).

Ele anunciou a realização de uma audiência pública sobre a medida, prevista para 11 de julho. A leitura do relatório deve ocorrer em 8 de agosto.

Ana Amélia: retirar processos contra Lula da Lava-Jato é errado

Ana Amélia (PP-RS) cobrou ontem explicações do ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin sobre a decisão de retirar da 13ª Vara Federal de Curitiba, onde tramitam os processos da Lava Jato sob a alçada do juiz Sérgio Moro, três investigações envolvendo o ex-presidente Lula.

— Não podemos tirar da sociedade e matar a última esperança com o sucesso da Lava Jato, na investigação rigorosa, bem-feita, com base na lei, não uma investigação persecutória, que vá apenas perseguir os inimigos do rei e proteger os amigos do rei, mas uma investigação limpa, criteriosa e equilibrada.

Telmário pede sanção de texto que beneficia servidores de Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) cobrou do Senado o envio, para sanção presidencial, do texto do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 16/2017, que trata da remuneração de servidores públicos federais e de policiais civis dos antigos territórios federais.

O senador disse esperar que o governo sancione sem vetos a proposta, para que a atividade desses servidores seja valorizada.

Ele lembrou que em 2018 será comemorado o 30º aniversário da transformação dos territórios em estados, mas que algumas injustiças com servidores não foram sanadas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Verba para fundo científico

8h30 Na pauta de 36 itens, o PLC 201/2015, que destina 1% da arrecadação de loterias para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

CCJ Reforma trabalhista

9h Votação do PLC 38/2017, sobre reforma trabalhista. Às 10h, pauta de 35 itens.

GMA Direção da ANA

9h Sabatina de Ricardo de Andrade para diretor da Agência Nacional de Águas.

CTFC Validade de milhas

9h Comissão avalia projeto que acaba com prazo de validade de milhas de fidelidade.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Segundo turno da PEC 64/2016, que torna imprescritível o crime de estupro.

CDH Pessoas desaparecidas

11h A comissão analisa o PLS 667/2011, que institui o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, o PLS 650/2007, sobre demandas de acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência no Programa Minha Casa, Minha Vida, e mais 21 itens.

CRA Produção de cacau

14h O PLC 7/2017, que cria a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade, e o PLS 32/2017, que cria a Lei de Proteção de Cultivares, estão na pauta de 5 itens.

MP 771/2016 Legado olímpico

14h30 Votação do relatório da MP, que cria autarquia para administrar o legado das Olimpíadas de 2016.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Estados ganham fôlego para renegociar dívidas com União

Projeto aprovado ontem em Plenário flexibiliza exigências para que estados e municípios possam aderir ao Regime de Recuperação Fiscal ou contratar novos empréstimos com garantias da União

O SENADO APROVOU ontem projeto que reduz exigências para que estados, Distrito Federal e municípios renegociem dívidas ou tomem empréstimos com garantia da União. O texto (PRS 22/2017), aprovado pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi votado com urgência no Plenário e segue para promulgação.

Duas leis complementares em vigor (156/2016 e 159/2017) já dispensam os entes da Federação que pretendem aderir ao Regime de Recuperação Fiscal de cumprir exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Isso significa que estados e municípios em crise financeira podem renegociar dívidas e contratar novos empréstimos mesmo que não estejam respeitando os critérios legais.

As exceções previstas nas duas leis, no entanto, não são suficientes, segundo o autor do texto, senador Romero Jucá (PMDB-RR). O projeto dispensa estados, DF e municípios de cumprir exigências previstas em três resoluções do Senado.

Entre os critérios flexibilizados, estão a obrigação de seguir



Plenário aprovou proposta que ajuda estados e municípios em crise financeira

os limites globais para a dívida pública (Resolução 40/2001). Para estados e DF, a dívida consolidada líquida (DCL) agora poderá ultrapassar duas vezes a receita corrente líquida (RCL). Para os municípios, 1,2 vez a RCL.

O projeto também dispensa o critério, previsto na Resolução 43/2001, de que estados e municípios só podem pedir dinheiro emprestado se o montante global das operações feitas em um ano for de, no máximo, 16% da RCL. Exigências para contratação de novos empréstimos com garantia da União previstas na

Resolução 48/2007 também são flexibilizadas pelo projeto.

O relator, Raimundo Lira (PMDB-PB), votou pela aprovação e disse que a concentração de receitas pela União faz com que estados e municípios estejam sempre pedindo socorro.

No debate na CAE, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o projeto dá fôlego aos estados e municípios para que possam melhorar a economia. Simone Tebet (PMDB-MS) afirmou que o texto é importante, mas não resolve a raiz do problema, que, disse, é a má distribuição dos recursos entre União, estados e municípios.

Texto regula limite para garantia federal a operações de crédito

Um projeto que regulamenta novo limite para a concessão de garantias da União a operações de crédito contratadas por estados, Distrito Federal e municípios foi aprovado ontem pelo Plenário e vai à promulgação. Pelo Projeto de Resolução do Senado 21/2017, na análise da situação dos entes federativos interessados em contrair crédito, devem ser observadas variáveis como a estimativa da meta anual de resultado primário e a capacidade de pagamento.

A proposta, de Romero Jucá (PMDB-RR), prevê que também deve ser observado o valor anual das novas operações de crédito passíveis de contratação nas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central com órgãos do setor público, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional.

O objetivo é fornecer uma regulamentação capaz de impor uma limitação anual à contratação de operações de crédito por parte de estados e municípios. Jucá argumenta que a União tem dificuldade em definir regras claras para a trajetória de endividamento deles, o que cria obstáculos ao planejamento financeiro de curto prazo, tanto para a

União quanto para os próprios entes. A intenção é evitar que a União ultrapasse o patamar de 60% da receita corrente líquida (RCL) com essas transações, conforme já limita a Resolução do Senado 48/2007.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou a importância do projeto para os governadores.

— Houve na semana passada um compromisso desta Presidência para com os governadores e obtive hoje a anuência dos líderes partidários para que pudéssemos votar essas matérias, por serem extremamente importantes para as renegociações dos estados brasileiros — disse Eunício, mencionando também a aprovação do PRS 22/2017, que facilita a renegociação das dívidas dos estados.

Já Jucá explicou que, com a proposta, cria-se um limite prudencial para que o Tesouro Nacional avalie o desempenho de estados e municípios.

— Hoje há um limite de endividamento final que, quando estoura, ficam inviabilizadas operações de crédito.

A proposta havia sido aprovada ontem de manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na forma de substitutivo do relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Plenário aprova indicados para Cade, Unesco e Instituição Fiscal

Indicações para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para delegada permanente do Brasil na Unesco e para diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) foram aprovadas ontem no Plenário.

Alexandre Barreto de Souza foi acatado para o cargo de presidente do Cade. Foram 42 votos a favor, 12 contrários e 1 abstenção. Os senadores aprovaram também, com 44 votos favoráveis, 12 contrários e 3 abstenções, a indicação de Maurício Oscar Bandeira Maia para integrar, como conselheiro, o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Cade. Ambos terão quatro anos de mandato.

Por 51 votos a 2, foi aprovada

a indicação de Rodrigo Octávio Orair para diretor da IFI. Ele já havia sido sabatinado em maio pela Comissão de Transparência (CTFC). Orair é especialista em macroeconomia e política fiscal e autor de estudos sobre finanças públicas nos níveis central e subnacional. É servidor de carreira do Ipea desde 2009.

Maria Edileuza Fontenele Reis, diplomata deste 1978, foi aprovada para o cargo de delegada permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Ela foi sabatinada e aprovada na Comissão de Relações Exteriores (CRE) no dia 8. O presidente da República será informado sobre as aprovações.

Eunício pede rapidez na reforma política na Câmara

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, enfatizou ontem a importância da aprovação de uma reforma política neste ano pelo Congresso. Ele recebeu o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que está no exercício da Presidência da República devido a viagem de Michel Temer, e pediu que os deputados votem tópicos que o Senado encaminhou no final de 2016.

— Não podemos deixar que essa pauta não seja agilizada. Temos até setembro para definir — afirmou o senador.

A minirreforma aprovada pelo Senado no ano passado incluía propostas como o fim das coligações partidárias nas eleições legislativas e a instituição de uma cláusula de barreira para acesso das legendas ao Fundo Partidário e ao tempo gratuito de propaganda em rádio e televisão.

De acordo com a legislação, novas normas precisam entrar em vigor pelo menos um ano antes das eleições para que valham para os pleitos. Isso significa que qualquer alteração que o Congresso faça nos procedimentos eleitorais precisa ser aprovada até setembro para entrar em vigor nas eleições gerais de 2018.

Romero Jucá (PMDB-RR) lembrou que a Câmara deve contribuir com outros temas, como o estabelecimento de um novo sistema eleitoral para o Legislativo, que substituiria o atual sistema proporcional. Além disso, ainda precisa ser feita a discussão sobre um novo modelo de financiamento de campanhas eleitorais, uma vez que as doações de empresas para candidaturas estão proibidas desde 2015.

— Nós temos que criar uma reforma que atenda à cobrança da população brasileira. Não

podemos continuar as eleições da forma como estamos, elas envelheceram, o sistema caiu por terra — disse o senador.

A nova sistemática eleitoral aventada pelos presidentes do Senado e da Câmara é a adoção do chamado distritão para 2018 e a transição para o distrital misto até 2022. O distritão elege os candidatos mais votados em cada estado, sem levar em consideração a proporcionalidade eleitoral de cada partido. Já o modelo distrital misto une características do sistema proporcional e do sistema majoritário.

Antonio Carlos Valadares quer resgate da credibilidade como resposta aos escândalos de corrupção no país

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que os eleitores têm lhe perguntado sobre que atitudes o Congresso está tomando com relação à crise política, às denúncias da Procuradoria-Geral da República e às suspeitas de corrupção praticadas por empresários e políticos.

De acordo com o senador, a Câmara não se decidiu sobre a reforma política, e o prazo para mudanças nas próximas eleições, em 2018, está no fim.

Na opinião de Valadares, o Senado também faz pouco para recuperar a credibilidade cada vez menor da classe política.

— Do jeito que estava era o seguinte: a empresa gastava dinheiro para “manter a democracia” e os seus interesses privados, e mantinha o parlamentar ali, sob controle, em função dos reais interesses das empresas. Vamos assumir que a questão de financiamento privado não dá certo.

Trecho de rodovia federal recebe nome de empresário goiano

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 208/2015, que denomina Rodovia Abadio Pereira Cardoso o trecho da BR-060 entre Goiânia e o entroncamento com a BR-452 e a GO-

174. O relator da proposta foi o senador Wilder Moraes (PP-GO). A proposta vai à sanção.

Empresário do setor de transportes, Cardoso foi um dos pioneiros no desbravamento do sertão goiano.

Comissão de Assuntos Sociais rejeita projeto de reforma trabalhista

Por 10 votos contra e 9 a favor, relatório de Ricardo Ferraço foi reprovado na CAS. Em seguida, foi aprovado voto em separado de Paulo Paim. Hoje Romero Jucá apresenta parecer na CCJ, última etapa antes do Plenário

DEPOIS DE APELOS do senador Paulo Paim (PT-RS), os integrantes da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), numa reviravolta que surpreendeu os governistas, rejeitaram por 10 votos contrários e 9 favoráveis o relatório ao projeto da reforma trabalhista (PLC 38/2017). O parecer aprovado pela comissão ontem foi o voto em separado de Paim e que pede a rejeição integral do texto. O projeto agora segue para Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e hoje já deve ser lido o relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) e os prováveis votos em separado da oposição.

Com críticas ao projeto, Paim afirmou que o texto é uma "traição ao povo brasileiro", pois o governo tenta "vender o céu" com uma proposta que não vai gerar emprego nem aumentar as contratações formais e só vai beneficiar o grande empregador.

— Essa reforma é um cavalo de troia, sim, bonito por fora e por dentro tem uma bomba que vai explodir com a vida do povo. Faço um apelo aos senadores, vamos rejeitar esse projeto aqui, é a única forma de conseguir um acordo. Rejeita aqui, ele vai para a CCJ e lá poderemos construir um acordo que evite tudo que dissemos aqui — afirmou Paim.

O senador disse que o Brasil inteiro está contra o projeto, que só retira direitos e torna mais precárias as relações trabalhistas, prejudicando a parte mais fraca, o empregado. Ele criticou a postura do relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), de não usar



Senadores de oposição comemoram resultado inesperado da votação na CAS, que reprovou o relatório apresentado por Ferraço

prerrogativa revisora do Senado para alterar a proposta e de votar o texto de forma açodada. — O Senado está abrindo mão de seu direito de legislar. Não

tem mais razão de viver e existir o Senado, se isso for aprovado dessa forma. O Senado não pode ser uma Casa que só fica carimbando, carimbando. O Senado

tem obrigação pela seriedade e responsabilidade desse momento da história de votar com alma, coração, fibra, lágrimas se for preciso, mas votar pelo povo brasileiro, e não contra ele.

tem obrigação pela seriedade e responsabilidade desse momento da história de votar com alma, coração, fibra, lágrimas se for preciso, mas votar pelo povo brasileiro, e não contra ele.

Votos decisivos

O discurso surtiu efeito, já que a base governista perdeu três votos: Otto Alencar (PSD-BA), contrário à reforma, votou como suplente de Sérgio Petecão (PSD-AC), que estava ausente. Hélio José (PMDB-DF) e Eduardo Amorim (PSDB-SE) foram os outros dois votantes que garantiram a rejeição do texto.

O placar esperado pelo governo era de 11 votos favoráveis e 9 contrários, segundo o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Ele já anunciou que manterá na CCJ o relatório ante-

riormente aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ferraço e Jucá foram as únicas vozes que saíram em defesa do projeto durante todo o debate na CAS. Ferraço ressaltou sua convicção sobre o acerto e a necessidade da reforma para corrigir distorções estruturais do mercado de trabalho e assegurou que ele não retira direito algum previsto na Constituição.

Segundo o relator, todos os direitos estão mantidos e consagrados e, apesar das inegáveis conquistas das leis trabalhistas, 74 anos depois de editadas, o mercado de trabalho vem convivendo com "perversas deformações", como a informalidade, que precisam ser corrigidas. Segundo Ferraço, são 90 milhões de brasileiros nessa situação.

— Essa reforma dialoga para a

manutenção do direito daqueles que conseguiram essa conquista [emprego formal], mas abre oportunidade para que milhões possam ingressar no mercado de trabalho pela porta da frente, combatendo a informalidade.

Já o líder do governo ressaltou que o país só vai retomar o emprego e a trajetória de crescimento com estabilidade, previsibilidade, credibilidade, segurança jurídica e que isso depende de uma "legislação moderna", algo que o projeto, em sua visão, promove. A bancada governista, declarou, trabalhará para implantar medidas que permitirão essa recuperação.

Segundo Jucá, o projeto deve ser votado na CCJ na quarta que vem, quando, então, estará pronto para ser pautado para o Plenário pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Divergências sobre o relatório e o tempo para pronunciamento marcaram reunião do colegiado

A fase de debate que antecedeu a votação da proposta de reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais foi dominada por desentendimentos entre os senadores.

Ao defenderem a rejeição do projeto, os opositoristas fizeram apelos ao relator Ricardo Ferraço, lembrando que até mesmo aliados do governo apresentaram emendas ao texto. Por isso, não fazia sentido votar sem mexer no conteúdo que veio da Câmara dos Deputados.

— Qual o senador que aprova o projeto do jeito que está? Nenhum. Mas um acordo poderosíssimo fez que senadores abrissem mão de sua função precípua. Eu sei que eu vou ter muita dificuldade de relacionamento com o senador Ferraço daqui para frente, porque eu digo sempre: eu não esperava isso do senador. O Espírito Santo conta com dois senadores, porque um abriu mão de legislar — criticou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Ferraço reafirmou que nenhum dos direitos trabalhistas



Durante votação do relatório de Ferraço à reforma trabalhista, Marta Suplicy (E), presidente da comissão, discutiu com Kátia Abreu sobre o tempo para falar sobre a proposta

previstos na Constituição será afetado. Até porque, segundo ele, a reforma está sendo feita via projeto de lei, que é inferior hierarquicamente.

— Estou seguro e convicto de que, pela hierarquia de nosso ordenamento jurídico, uma lei ordinária não afasta o que está na Constituição. Os direitos fundamentais estão consagrados — assegurou.

O tempo reservado ao pronunciamento de cada integrante da



comissão também gerou discussões. O prazo estipulado pela presidente da comissão, Marta Suplicy (PMDB-SP), de cinco minutos para cada senador, desagradou aos opositoristas, que protestaram.

Lindbergh Farias (PT-RJ) pediu a palavra para considerar a impossibilidade de votar o projeto num quadro de instabilidade política. Inicialmente, teve seu pedido negado, mas depois pôde falar.

Na opinião de Lindbergh, está claro para toda a sociedade que Temer não tem mais condições de ficar na Presidência da República. Para o senador, o único motivo de o mercado financeiro ainda apostar no atual presidente é a possibilidade de aprovar as reformas em análise no Congresso.

Kátia Abreu (PMDB-TO) também também confrontou a presidente da comissão: — Eu faço ideia de como está

a sua consciência e o quanto este debate a está incomodando. Contudo, eu não aceito que fale comigo nesse tom. A senhora tenha um pouquinho mais de calma, de educação e de equilíbrio — disse Kátia Abreu a Marta, diante de um pedido de pressa na fala.

— Eu sou a presidente da comissão e a estou tratando com respeito. Interprete como quiser, mas Vossa Excelência tem os seus cinco minutos — rebateu Marta.

Para Gleisi, presidente viajou para a Rússia para fugir da crise no governo

Segundo Gleisi Hoffmann (PT-PR), o presidente Michel Temer "fugiu da crise e viajou para a Rússia esperando que o Senado lhe desse um cheque em branco para aprovar reformas que prejudicam a vida dos trabalhadores".

— A rejeição da reforma na CAS foi a primeira de uma série de derrotas que o governo sofrerá no Senado, pois a intenção de Temer é cuidar de si mesmo, e não da maioria do povo brasileiro. A CAS analisa o conteúdo da proposta, e não apenas questões econômicas ou jurídicas do texto. E é um conteúdo perverso — disse a senadora.

Lindbergh considera que Temer sofreu derrota e enfrenta instabilidade

A derrota do relatório favorável à reforma trabalhista não era esperada nem pelos senadores da oposição, segundo Lindbergh Farias.

— A correlação de forças na CAS era pior do que na Comissão de Assuntos Econômicos, onde a proposta do governo Temer havia sido aprovada anteriormente por 14 votos a 11.

De acordo com o senador, o resultado da votação é fruto do agravamento da crise do governo de Michel Temer, acusado de corrupção.

— O Senado se agigantou, mostrou para a sociedade que pode representar o povo — afirmou.

Humberto acredita que próxima comissão também recusará texto

Humberto Costa (PT-PE) disse acreditar que o relatório de Ricardo Ferraço também será rejeitado na Comissão de Constituição e Justiça na próxima semana.

Segundo o senador, os parlamentares estão sentindo a rejeição popular aos projetos apresentados pelo governo e o número de apoiadores do presidente Michel Temer tende a diminuir. Para Humberto, a rejeição da reforma trabalhista prenuncia que o governo tem os dias contados.

— E derrotaremos no Plenário também, para dizer ao povo que estamos sintonizados com suas aspirações.

Paulo Paim afirma que resultado de votação "é vitória do povo brasileiro"

Em discurso, Paulo Paim comemorou a rejeição do relatório de Ricardo Ferraço sobre a reforma trabalhista na CAS. Ele homenageou os senadores que votaram contra o texto e disse que o resultado é uma vitória do povo brasileiro.

— Se alguma lágrima rolou, não pensem que foi lágrima de alguém que estava assustado, mas eram lágrimas que os homens também choram quando a causa é justa.

O senador disse acreditar que haverá número maior de votos contrários ao relatório de Ferraço na Comissão de Constituição e Justiça.

Regina comemora reprovação e pede mobilização nas ruas

Regina Sousa (PT-PI) comemorou em Plenário a derrota do governo na CAS. Para a senadora, enquanto a população ocupa as ruas reivindicando direitos, os parlamentares fazem a sua parte, "revertendo o que parecia irreversível". O autor do projeto "nunca teve patrão, nem trabalhou na roça" e, por isso, apresentou uma proposta que em nada beneficia os trabalhadores, opinou, dizendo que é possível que a oposição derrote o governo nas próximas votações.

— Quero alertar os trabalhadores: se fizerem sua parte na rua, se mobilizarem, a gente derrota essas reformas.

Vanessa Grazziotin diz que acordo sobre vetos desprezita senadores

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a vitória da oposição contra a reforma trabalhista na CAS mostra que, "ao contrário do que o governo e a mídia imaginavam, a aprovação da mudança na CLT não será fácil no Senado". A senadora afirmou que nem a base do governo defende a proposta, apesar de estar empenhada em sua aprovação rápida. Segundo Vanessa, há um acordo com o Planalto para Temer vetar alguns pontos e, em seguida, editar medida provisória.

— Esse acordo mostra que o governo Temer trata os senadores como assessores da Presidência.

Medeiros: alterações defendidas pelo Executivo vão gerar empregos

José Medeiros (PSD-MT) criticou opositores que comemoraram em Plenário a rejeição da reforma trabalhista na CAS. O senador negou que o projeto retire direitos dos trabalhadores e disse que a oposição mente para assustar os cidadãos e levá-los a repudiar a proposta do governo, que, na avaliação dele, vai gerar emprego.

— Eu sinto que esses discursos têm uma única tônica: tratar quem dá emprego como inimigo, demonizar o empresariado todo.

Viana admite mudanças, mas não da forma proposta pelo Planalto

Jorge Viana (PT-AC) classificou as reformas trabalhista e previdenciária de "vexatórias". Para o senador, as propostas dividem o Brasil e a população se sente ameaçada pela retirada de direitos de forma autoritária. Viana admite que reformas são necessárias, mas não do modo apresentado pelo governo.

O senador pediu desburocratização para gerar emprego e renda, mas defendeu a mediação do Estado nos conflitos entre capital e trabalho.

Lídice da Mata defende manutenção de direitos das mulheres na lei

A reforma na CLT põe a crise do país sobre os ombros dos trabalhadores e retira direitos principalmente das mulheres, afirmou Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora criticou especialmente os artigos que autorizam as trabalhadoras a negociar os intervalos de amamentação e permitem que lactantes ou gestantes possam exercer atividades em locais insalubres. Lídice destacou que entidades sindicais e câmaras de vereadores na Bahia cobram a rejeição das reformas.

Parecer de Jucá deve manter versão aprovada na Câmara

O relator do projeto de reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Romero Jucá, apresentou voto favorável à aprovação da proposta na forma em que foi encaminhada ao Senado pela Câmara dos Deputados.

O relatório do senador tem 30 páginas e deve ser lido hoje na CCJ. Depois disso, será concedida vista coletiva aos senadores.

A votação na comissão, que

será a terceira a analisar o texto, deve ocorrer na quarta-feira da próxima semana.

— O PLC 38/2017 não suprime direitos dos trabalhadores. A proposição fortalece os sindicatos brasileiros, confere maior autonomia sem desproteção aos trabalhadores, reduz os custos de transação gerados pelas normas trabalhistas e desburocratiza as relações laborais, sem violar preceitos constitucionais — disse Jucá.



Relator na CCJ, Jucá diz que proposta fortalece sindicatos e trabalhadores

Mudanças propostas na legislação

Veja os principais pontos da reforma trabalhista:

- Prevê que acordos e convenções coletivas têm mais força que a legislação trabalhista.
- Permite demissões coletivas mesmo sem negociação coletiva.
- Autoriza a demissão imotivada de um empregado com mais de um ano na empresa sem o aval do sindicato.
- Permite à mulher trabalhar em condições de insalubridade durante a gravidez e a amamentação, a não ser que apresente atestado médico que recomende o afastamento.
- Permite o contrato intermitente para a prestação de serviços de forma descontínua. O empregado só recebe o pagamento pelas horas trabalhadas, mas deve ser convocado com antecedência de pelo menos três dias.
- Autoriza a redução do intervalo do almoço de uma para meia hora. A medida não é obrigatória e depende de negociação coletiva.
- Permite a divisão dos 30 dias de férias anuais em até três períodos.
- Prevê a possibilidade de jornada de 12 horas seguidas de trabalho por 36 ininterruptas de descanso. A medida depende de acordo individual ou coletivo.
- Permite que empregador e empregado possam extinguir o contrato de trabalho de comum acordo. Nesse caso, o trabalhador receberia metade do aviso prévio e da indenização sobre o saldo do FGTS.
- Acaba com a contribuição sindical obrigatória.
- Atualiza o valor de multas para quem descumprir obrigações básicas, como a anotação da Carteira de Trabalho.

Pronatec será a política pública avaliada na Comissão de Educação

Programa para o ensino técnico profissionalizante será a única ação do governo federal a ser analisada este ano pelo colegiado

O PROGRAMA NACIONAL de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi a política pública federal escolhida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para ser avaliada em 2017. A indicação, feita pelo senador Cristovam Buarque (PPS-DF), foi aprovada ontem.

A escolha de uma única política para avaliação, e não de três, como ocorreu nos últimos dois anos, foi orientada pela Consultoria Legislativa do Senado.

Segundo Ana Amélia (PP-RS), que presidiu a reunião, o foco em uma experiência única permitirá uma análise mais profunda dos desdobramentos.

A senadora considerou que analisar a educação profissionalizante é uma escolha “relevante”. A mesma posição foi declarada por Roberto Muniz (PP-BA).

Zootecnista

Também ontem, a comissão aprovou dois projetos, o que institui o Dia Nacional do Zootecnista (PLC 1/2017) e o que denomina Rodovia do Vaqueiro o trecho rodoviário da BR-235 compreendido entre a divisa da Bahia

com Sergipe e Piauí (PLC 73/2016). As duas propostas seguem para votação no Plenário.

O PLC 1/2017 define 13 de maio como o Dia Nacional do Zootecnista. A data remete à aula inaugural do primeiro curso superior da área no Brasil, realizada na Faculdade de Uruguaiana (RS) em 1966. O zootecnista é o profissional que atua em todos os setores da produção animal, passando por nutrição, melhoramento genético, reprodução, sanidade até a administração rural. O projeto recebeu

parecer favorável, com uma emenda de redação, apresentado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Ana Amélia também saudou a aprovação da iniciativa.

O PLC 73/2016 recebeu parecer favorável do relator, Roberto Muniz, que considerou a proposta de dar uma denominação da rodovia “uma ode à cultura sertaneja”. O senador Telmário Mota (PTB-RR) apoiou o projeto e assinalou a contribuição da produção rural para o produto interno bruto (PIB) brasileiro.



Ana Amélia presidiu a sessão que escolheu a política pública sugerida por Cristovam Buarque (E)

Calendário de votação da LDO inviabiliza recesso

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2018, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), deverá apresentar seu relatório em 15 de agosto. Essa data inviabiliza o recesso parlamentar do meio deste ano, que seria de 18 a 31 de julho. A Constituição determina que o Congresso não pode interromper os trabalhos enquanto não aprovar a LDO.

O cronograma para a tramitação da proposta (PLN 1/2017) foi apresentado ontem à Comissão Mista de Orçamento (CMO) por Pestana. Ainda é preciso o aval do presidente do Senado, Eunício Oliveira, que também preside a Mesa do Congresso.

Para votar o relatório da LDO antes de agosto, os prazos regimentais teriam que ser comprimidos, medida possível apenas com um acordo que envolva todos os partidos.

Definições

O projeto da LDO foi enviado ao Congresso em abril, como determina a Constituição. A demora na definição dos principais nomes da comissão (presidente, vice-presidente e relatores dos projetos) acabou atrasando os trabalhos do colegiado, que ainda não realizou reunião deliberativa neste ano.

O presidente da CMO é o senador Dário Berger (PMDB-SC). Os relatores das principais leis orçamentárias, além de Marcus Pestana, são o deputado Cacá Leão (PP-BA), relator-geral do projeto orçamentário de 2018, e o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), relator da receita do mesmo projeto.

Pelo cronograma de Pestana, a audiência pública com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, será realizada no dia 27. Na mesma data, Pestana apresenta o relatório preliminar, com as regras para apresentação das emendas parlamentares à LDO. Após a votação do parecer preliminar (4 de julho), deputados e senadores terão o prazo de dez dias (5 a 14 de julho) para propor emendas à nova LDO. Pestana apresenta o relatório final em 8 de agosto e a votação está prevista para o dia 15. Uma vez aprovado, o texto será remetido à Mesa do Congresso, que marcará a data de votação em sessão conjunta de deputados e senadores.

Somente após essa última fase é que a proposta da LDO será remetida para sanção presidencial.

Da Agência Câmara

Boas práticas na educação serão tema de audiência pública

As boas práticas na educação brasileira e a relação entre o orçamento em educação e o gasto por aluno nos municípios bem avaliados em indicadores nacionais serão tema de audiência na Comissão de Educação (CE), por requerimento aprovado pelos senadores Roberto Muniz (PP-BA), Cristovam Buarque (PPS-DF) e Ana Amélia (PP-RS).

Muniz sugeriu convidar representantes de quatro municípios que reúnem os melhores resultados do setor em indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para expor sua experiência na CE. Sobral, no Ceará, seria um deles.

— É preciso juntar o Brasil que deu certo. Os modelos municipais que estão dando certo, que são referência em educação, esporte e cultura — propôs.

Cristovam sugeriu como município modelo para a discussão Palmas, no Tocantins. A audiência deve debater formas de disseminar essas experiências exemplares entre os mais de 5,5 mil municípios brasileiros.

O debate do orçamento municipal para o setor foi inserido também por

sugestão de Cristovam.

— É importante avaliar se os bons resultados já obtidos traduzem o alcance da meta de uma educação de excelência para o país.

Ana Amélia, que presidiu a reunião da comissão, informou ter visitado escolas com atuação exemplar também no Rio de Janeiro. E prometeu indicar um município do Rio Grande do Sul com situação similar para a audiência.

Institutos

Mais dois requerimentos de debate foram aprovados ontem pela CE. Um deles, de autoria de Cristovam, pretende avaliar as dificuldades no funcionamento dos Institutos Federais de Educação (IFEs) com os seguintes convidados: o reitor do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Francisco Roberto Brandão Ferreira; o representante do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), Cátia Cilene Farago; o representante

da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (Fenet), José Maria da Luz Palheta Júnior; a secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eline Neves Braga do Nascimento; e o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Pedro Colnago Júnior.

O outro requerimento, de Marta Suplicy (PMDB-SP) e subscrito por Cristovam, pretende instruir a votação de projeto do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) que trata da Semana Nacional de Valorização da Vida (PLS 163/2017). O debate deverá focar na questão de jovens que atentam sobre a própria vida e reunir os seguintes expositores: o coordenador-geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, Quirino Cordeiro Junior; o representante do Ministério da Educação, Rosieli Soares da Silva; o presidente da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio (Abeps), Humberto Corrêa; o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Tonet Camargo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Avança criação de fundo de combate à corrupção

Projeto aprovado em comissão institui fundo federal para financiar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e à apuração de desvios contra a administração

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que cria um fundo federal para financiar ações da Política Nacional de Combate à Corrupção (PNCC), também prevista no texto. Idealizada pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), a proposta (PLS 765/2015) segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão final.

O Fundo Nacional de Combate à Corrupção será abastecido com parte do dinheiro das multas aplicadas às empresas que causarem danos à administração pública. O projeto prevê a instituição da nova política e do fundo por meio da inclusão de dispositivos na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013). As ações e a gestão do fundo ficarão sob responsabilidade do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU).

O relatório de Otto Alencar (PSD-BA), favorável ao projeto, foi apresentado à comissão por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). Pelo texto original, a gestão da política e do fundo ficaria a cargo da CGU. Como as funções do órgão foram transferidas para o Ministério da Transparência, uma emenda do relator ajustou o projeto a essa mudança institucional.

Otto, que chegou à comissão logo após Bezerra concluir a leitura do relatório, apresentou

uma segunda emenda, para estabelecer que os recursos do fundo não poderão ser destinados a atividades não previstas na política de combate à corrupção. Ele justificou que os recursos dos fundos federais têm sido habitualmente desviados para atividades estranhas a seus objetivos, sobretudo para custear o superavit do governo.

Pelo texto, serão objetivos da política a defesa do patrimônio público, a apuração de desvios e a promoção da responsabili-

zação das pessoas físicas ou jurídicas pela prática de atos lesivos à administração. Serão financiadas atividades relacionadas a controle interno, auditoria pública, prevenção e combate à corrupção, ouvidoria, incremento da transparência da gestão e capacitação de servidores, entre outras.

Contingenciamento

Na justificativa do projeto, Anastasia registrou que a então CGU enfrentava grave crise,

devido ao fato de o governo vir ano a ano contingenciando recursos do órgão. Ao defender a criação da nova política e do fundo, ele argumentou que o combate à corrupção não pode depender de decisões do eventual chefe do Executivo.

Otto referendou os argumentos do autor sobre a situação de penúria da antiga CGU. Ele relatou que o órgão trabalhava em 2015 com um quadro de auditores 44% menor do que o exigido em lei. Eram 2.245 servidores na carreira de finanças e controle, com previsão de 150 aposentadorias por ano.

Para o relator, o desaparecimento e a falta de recursos são danosos ao país, devido às exigências para o enfrentamento à corrupção. Otto citou estudo do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle mostrando que os desvios com a corrupção podem chegar a mais de R\$ 100 bilhões por ano.



Relator do projeto, Otto (E) defende na CAE maior aporte de recursos para ações federais de enfrentamento à corrupção

Caatinga pode ter política de desenvolvimento sustentável

A Caatinga pode passar a contar com uma política de desenvolvimento sustentável definida em lei nacional. Projeto com esse objetivo, do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto (PLS 222/2016) segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde a decisão será terminativa.

A Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga tem por finalidade preservar o meio ambiente, erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no território ocupado pelo bioma. Ao justificar a proposta, Garibaldi destacou que a Caatinga ocorre exclusivamente no território

brasileiro e precisa que sua utilização seja organizada pelo poder público, de modo racional e sustentável.

O senador destaca a “vulnerabilidade social e ambiental” da Caatinga, uma área que abriga 23,5 milhões de pessoas e sofre com longos períodos de seca. Ele sugere que a política para o bioma inclua ações de fomento a atividades agrossilvopastoris e florestais sustentáveis, com a capacitação de técnicos e produtores, o estímulo ao uso racional da água e a práticas de manejo e conservação do solo.

São previstas ainda ações para a substituição de queimadas como prática de preparo da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e o pa-

gamento aos produtores por serviços ambientais prestados. Também devem ser conduzidas ações para a recuperação de áreas degradadas, instalação de áreas de conservação, proteção a espécies ameaçadas e divulgação da Caatinga como patrimônio nacional.

Ações públicas

Para alcançar os objetivos da política, o texto sugere o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) na região, com a criação de um fórum de gestores e a mobilização de recursos dos orçamentos dos estados e municípios envolvidos.

Para Garibaldi, a política servirá para orientar ações públicas de longo prazo que

garantam a atuação articulada entre os entes federados e a sociedade. Por meio dela, serão definidas, por exemplo, as prioridades para os planos anuais de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Alguns dos princípios a serem observados pela política serão o combate à desertificação e a adaptação às mudanças climáticas. As ações devem ser também orientadas para estimular atividades agrárias, pastoris e florestais sustentáveis; a conservação da natureza e a proteção da diversidade biológica; e o saneamento ambiental e a gestão integrada das áreas urbanas e rurais.

O projeto prevê também que sejam fixados os limites do bioma, que abrange cerca de 850 mil quilômetros quadrados.

Emendas

Em análise favorável ao projeto, o relator, Armando Monteiro (PTB-PE), frisou que a proposta privilegia o fomento às práticas e atividades agrícolas. No entanto, para que a lei cumpra sua finalidade, ele avalia que outras atividades tradicionais também devem ser apoiadas. Por isso, apresentou emendas para alterar as expressões “práticas agrícolas” e “atividades agrícolas” por “práticas agrossilvopastoris” e “atividades agrossilvopastoris”, tornando clara a abrangência da norma.

Redução da área de floresta no Pará é vetada

O presidente Michel Temer vetou na íntegra a medida provisória que alterava os limites da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, desmembrando parte de sua área para a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim, no Pará. O texto vetado também diminuía a área do Parque Nacional de São Joaquim (SC). O veto foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

A Medida Provisória (MP) 756/2016 havia sido aprovada sob a forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2017 no Senado no dia 23. Houve obstrução de senadores. Randalfe Rodrigues (Rede-AP)

disse considerar a medida um dos mais graves crimes cometidos contra o meio ambiente no Brasil. Ainda cabe ao Congresso decidir sobre a manutenção ou não do veto.

O texto aprovado no Congresso e vetado por Temer previa a transformação de 486 mil hectares da floresta em APA, que tem uma categoria mais baixa de proteção ambiental. A mudança foi duramente criticada por ambientalistas.

Segundo o governo, a ideia da MP original era diminuir conflitos em relação à implantação definitiva da Flona do Jamanxim, que enfrenta exploração ilegal por meio de

desmatamento e garimpo. Na explicação para o veto, Temer diz que a MP tinha “potencial de comprometer e fragilizar a preservação ambiental”.

Ele sancionou com veto parcial a MP 758/2016, que altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim para adequá-lo à passagem da Ferrogrão (EF-170), ferrovia ligando o Centro-Oeste ao norte do Pará. Foi vetada emenda da Câmara dos Deputados que criava a APA do Rio Branco, com 101.270 hectares retirados do parque. Temer alegou que a modificação proposta altera substancialmente o regime de proteção da área do parque.

Empréstimo para programa de energia sustentável vai a Plenário

Operação de crédito externo autorizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai destinar US\$ 750 milhões ao Programa de Financiamento para Energia Sustentável. A operação será entre o BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O relator, Elmano Férrer (PMDB-PI), votou favoravelmente à autorização do empréstimo.

Inovação

O senador explicou que o dinheiro será destinado a investimentos de projetos sustentá-

veis e inovadores, contribuindo para a geração de emprego e sustentabilidade no Brasil.

Os objetivos específicos do programa são o financiamento verde, incluindo o de energias renováveis e de eficiência energética, e o financiamento de micros, pequenas e médias empresas.

— Satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas resoluções do Senado, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização — afirmou Elmano.

A comissão aprovou ainda requerimento de urgência para análise do Plenário.

Obras no Rio São Francisco serão retomadas

Eunício Oliveira, Rodrigo Maia e o ministro Helder Barbalho assinaram ordem de serviço para a continuação do Eixo Norte, com canais levando águas até o Ceará e o Rio Grande do Norte

A ORDEM DE serviço para retomada das obras do Eixo Norte da transposição das águas do Rio São Francisco foi assinada ontem pelo presidente da República em exercício, deputado Rodrigo Maia, pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, e pelo ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho. A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, cassou ontem a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) que, em abril, paralisou a licitação para as obras do Eixo Norte.

— São R\$ 516,7 milhões para esse último trecho de uma obra sonhada há 150 anos. Temos ainda hoje, no Ceará, um sofrimento grande nessa questão de abastecimento de carros-pipa e de muita dificuldade — disse Eunício.

Cármen Lúcia considerou que a manutenção dos efeitos da decisão do TRF-1 “expõe a risco de lesão a ordem econômica, pois o prejuízo desencadeado pela paralisação do certame e consequente descontinuidade das obras supera significativamente eventual vantagem da proposta oferecida pelas impetrantes”.

A ação de suspensão foi proposta por um grupo de

empreiteiras que questionou a legalidade do processo ao serem consideradas inabilitadas por questões técnicas.

A cassação da liminar vem uma semana depois de o presidente do Senado reunir Helder Barbalho e os governadores do Ceará, Camilo Santana; da Paraíba, Ricardo Coutinho; do Rio Grande do Norte, Robinson Faria; e o vice-governador de Pernambuco, Raul Henry, em audiência com a presidente do STF para tratar do assunto.

Na assinatura da ordem de serviço, o ministro da Integração Nacional agradeceu a mediação de Eunício e anunciou a retomada da construção do trecho já na segunda-feira. O Eixo Norte é o único que não foi concluído no projeto de transposição. Ele vai viabilizar a chegada das águas até o Ceará, com 146 quilômetros de canais entre as cidades de Cabrobó (PE) e Jati (CE).

— Esperamos que até, no mais tardar, dezembro deste ano ou janeiro do ano que vem as águas estejam chegando na cidade de Jati, que é a divisa do Ceará com Pernambuco, e aí já cai no leito dos rios — afirmou o presidente do Senado.

Da Assessoria da Presidência do Senado



Eunício recebe o presidente da República em exercício, Rodrigo Maia (6º à dir), e outras autoridades para assinar o documento

Senadores comemoram fim da paralisação no Eixo Norte

A retomada das obras do Eixo Norte foi comemorada por vários senadores. Fátima Bezerra (PT-RN) disse acreditar que a Caravana das Águas ajudou na decisão do Judiciário e vai beneficiar os municípios aonde a água ainda não chegou.

— Mas não vamos esmorecer porque a luta ainda é longa.

A Caravana das Águas é uma comitiva criada pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) para visitar as obras paralisadas. Ontem, no segundo dia da viagem, o grupo visitou

Pau dos Ferros, no Alto Oeste Potiguar. Humberto Costa (PT-PE), que acompanha a caravana, disse que, se as obras não forem retomadas, o Ceará e o Rio Grande do Norte serão prejudicados.

A caravana também debateu a revitalização do Rio São Francisco, de suas margens e matas ciliares. Mais da metade das nascentes na Bahia e em Minas Gerais que abastecem o rio morreram e ele vem perdendo força. O mar já entrou 15 quilômetros rio adentro.

Fátima pediu um total comprometimento do governo com o saneamento no local, para que não se poluam mais as águas.

Para José Agripino (DEM-RN), a perenização do Rio Açu, com a garantia do nível de água da barragem, está garantida pelo ato.

José Pimentel (PT-CE) ressaltou que, no Nordeste Setentrional, as águas vão beneficiar algo em torno de 12 milhões de pessoas e parabenizou Eunício pelo empenho em construir o entendimento político.

Embargo em obra da BR-319 preocupa especialistas

A pedido de Vanessa Grazziottin (PCdoB-AM), a Comissão de Infraestrutura (CI) fará uma diligência em Manaus, na sexta-feira, para apurar as razões que impedem a conclusão das obras de manutenção da BR-319, que liga a capital do Amazonas a Porto Velho, capital de Rondônia. Haverá uma reunião na Assembleia Legislativa do Amazonas, na qual participará o Ministério Público.

A diligência será no trecho entre os quilômetros 250 e 655,7 da BR-319, mais conhecido como “segmento central” ou “do meio”. O MP alegou risco ambiental em seu pedido para que as obras fossem embargadas pela Justiça.

Críticas à decisão

A decisão do juiz Hiram Pereira de paralisar as obras foi duramente criticada em audiência pública ontem. Para o vice-presidente da CI, Acir Gurgacz (PDT-RO), foi uma decisão “sem sentido” por basear-se em relatórios de 2015 já superados pelo entendimento entre o Dnit e o Ibama, após paralisação das obras naquele ano.

Vanessa Grazziotin reforçou que a paralisação das obras faz



Presidindo o debate, Gurgacz (E) ouve gestores do governo e empresários

aumentar o rombo nos cofres públicos. A atuação do MP e da Justiça na Amazônia, no que se refere às obras de infraestrutura, também foi criticada por Ivo Cassol (PP-RO).

O diretor-executivo do Dnit, Halpher Luiggi Mônico Rosa, disse ser “surpreendente” o fato de o juiz ter mencionado obras de pavimentação no trecho “do meio” da BR-319, algo sem nenhum embasamento, segundo ele, que lamentou ainda o fato de as obras terem sido paralisadas neste momento, em que as condições climáticas são mais favoráveis.

O diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama, Jônatas Trindade, informou que o órgão apresentou um embargo de declaração à Justiça, com o objetivo de entender a decisão tomada pelo juiz. A partir dos esclarecimentos, ele informou que o órgão terá a oportunidade

de explicar que os procedimentos em relação à BR-319 não significam a “implantação velada” de uma nova rodovia.

O empresário Saleh Hamdeh, da Federação das Indústrias do Amazonas, afirmou que o estado é “o mais preservado de toda a região”, por ter adotado um modelo econômico “que privilegiava o desenvolvimento econômico em vez de sabotá-lo”.

O empresário e os representantes do Ibama e do Dnit manifestaram preocupação de que a paralisação das obras prejudique o meio ambiente em vez de preservá-lo. Isso porque poderá contribuir para o esvaziamento da Zona Franca de Manaus, processo que provoca desemprego e fechamento de empresas. A falta de perspectivas pode levar a população para atividades predatórias, alertaram.

MP sobre recursos para educação vai aos Plenários da Câmara e do Senado

As comissões mistas responsáveis pela análise de três medidas provisórias (MPs) se reuniram ontem para votar os relatórios sobre as propostas.

A comissão da MP 773/2017 aprovou relatório favorável ao texto, que autoriza estados, Distrito Federal e municípios que não cumpriram o limite constitucional de gastos com educação no ano passado a compensar a diferença até o fim deste ano, desde que os recursos compensatórios venham da Lei de Repatriação de Ativos (Lei 13.254/2016). As comissões da MP 774/2017 (sobre o fim da desoneração da folha de pagamentos) e da MP 771/2017 (que cria autarquia para administrar o legado olímpico) adiaram a votação.

Gasto com ensino

O foco da MP 773/2016 são os municípios. Muitos não cumpriram o limite constitucional de gastos com educação no ano passado. Prefeitos alegam que não receberam os recursos da repatriação, em dezembro de 2016, a tempo de aplicar a receita extra antes do fim do exercício fiscal. A MP 773 visa corrigir essa situação. A medida vai ao Plenário da

Câmara e depois ao Plenário do Senado. A comissão teve como presidente o senador Dalírio Beber (PSDB-SC) e como relator o deputado Gabriel Guimarães (PT-MG).

Desoneração

O relator da MP 774/2017, senador Airton Sandoval (PMDB-SP), propôs adiar o fim das desonerações de contribuições previdenciárias de julho de 2017 para janeiro de 2018. A MP acaba com a permissão para recolhimento com base na receita bruta das empresas, que voltarão a contribuir sobre a folha de pagamentos. Para o relator, a mudança no meio do exercício financeiro pode gerar prejuízos para o planejamento das empresas. A decisão ficará para a próxima semana, depois da leitura do relatório, ao qual foi concedida vista coletiva.

Legado olímpico

A comissão da MP 771/2017 deve votar hoje relatório favorável à medida, que cria uma autarquia federal temporária para administrar o legado patrimonial e financeiro das Olimpíadas de 2016. A comissão é presidida pelo senador Zeze Perrella (PMDB-MG).